

Gênero e carreiras sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros*

Maria Luiza Heilbornⁱ
Cristiane S. Cabralⁱⁱ
Michel Bozonⁱⁱⁱ
e Grupo GRAVAD

Palavras-chave: sexualidade; gênero; juventude; gravidez.

Resumo

O trabalho aborda o processo de passagem ao exercício da sexualidade com parceiro no universo de jovens moradores de três grandes capitais brasileiras. Discute-se o uso da contracepção e/ou proteção na primeira relação sexual e a primeira gravidez juvenil. Trata-se de parte dos resultados quantitativos da Pesquisa GRAVAD (Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil), inquérito domiciliar, com amostra probabilística estratificada em três estágios, com jovens de 18 a 24 anos, de ambos os sexos e moradores de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Os dados foram coletados em entrevistas face-a-face com questionário estruturado, totalizando 4634 entrevistas (47,2% homens e 52,8% mulheres). As proporções de renda, escolaridade e cor/raça foram bastante desiguais para as três cidades. A iniciação masculina continua sendo mais precoce que a das mulheres em pelo menos dois anos (16,2 contra 17,9 anos). A iniciação sexual ocorre mais tarde em contexto de prolongamento da escolaridade individual. Há dissimetria de experiência e de idade entre os parceiros na iniciação sexual, o que gera conseqüências para o contexto de proteção nesse momento da biografia sexual. O preservativo foi o método majoritariamente utilizado na primeira relação (70%), havendo variação segundo o nível de escolaridade. O uso da contracepção foi maior entre os que se iniciaram mais tardiamente. A primeira experiência de gravidez antes dos vinte anos foi declarada por 21,4% dos homens e 29,5% das mulheres. Estas gestações ocorreram no contexto de relacionamentos afetivos estabelecidos, sendo pequeno o percentual de entrevistados cujo primeiro episódio de gravidez antes dos vinte anos aconteceu em um parceiro do tipo eventual. Estes resultados vêm desmistificar a imagem hegemônica de que a gravidez na adolescência ocorre num quadro de permissividade sexual dos jovens brasileiros e salientam o papel estruturante do gênero na modelagem de carreiras sexuais e reprodutivas.

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

ⁱ Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

ⁱⁱ Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

ⁱⁱⁱ Institut National d'Études Démographiques – INED, Paris/França.

Gênero e carreiras sexuais e reprodutivas de jovens brasileiros*

Maria Luiza Heilborn,ⁱ Cristiane S. Cabral,ⁱⁱ Michel Bozonⁱⁱⁱ
e Grupo GRAVAD

Introdução

A adolescência caracteriza-se por diversas transições, sendo a passagem à sexualidade com parceiro a de maior repercussão. O aprendizado da sexualidade, contudo, não se restringe àquele da genitalidade, tampouco ao acontecimento da primeira relação sexual. Trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, que se acelera na adolescência e na juventude. O aprendizado constitui-se na familiarização de representações, valores, papéis de gênero, rituais de interação e de práticas, presentes na noção de cultura sexual na perspectiva.

A sexualidade vem sendo compreendida como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude à premissa de que, se há características distintas entre os homens e mulheres no tocante à vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, elas devem-se a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros. Desse modo, há estreito e inescapável imbricamento entre sexualidade e gênero.

A literatura socioantropológica vem apontando que a sexualidade é um dos principais domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual relativamente à família de origem. A construção desse espaço privado pressupõe o aprendizado de como se estabelece um relacionamento afetivo e sexual (Azevedo, 1981; Bozon, 1993 e 2004; Brandão, 2004). Por mais que seja socialmente convencionalizado que a sexualidade derive de um impulso, trata-se, na verdade, de um processo de aproximação: como “reconhecer o significado de estados internos, organizar a seqüência dos atos especificamente sexuais, decodificar situações, estabelecer limites nas respostas sexuais e vincular significados de aspectos não sexuais da vida para a experiência sexual propriamente dita” (Gagnon e Simon, [1973] 2005: 13).

Na sociedade brasileira, existe uma forte codificação das relações de gênero no âmbito da sexualidade. A sociabilidade sexual dos jovens obedece a uma marcada divisão dos papéis dos homens e das mulheres. Um bom exemplo é a importância conferida à definição do quadro no qual as relações amorosas ocorrem. O *namoro* juvenil é uma relação de exclusividade entre dois parceiros que se intitulam *namorados* e que, sob sua forma tradicional, pode permanecer casta por bastante tempo. A relação tem um caráter oficial para a família e para o círculo de amigos (Azevedo, 1981).

Para as novas gerações, o *namoro* ainda constitui o quadro esperado das relações exclusivas entre pessoas apaixonadas, sob o controle da rede social. Os testemunhos femininos em pesquisas qualitativas mencionam a pressão exercida pelos homens para manter relações

* Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

ⁱ Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

ⁱⁱ Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ).

ⁱⁱⁱ Institut National d'Études Démographiques – INED, Paris/França.

sexuais. Nas duas últimas décadas, observaram-se mudanças nesse cenário: houve uma queda na idade das mulheres na primeira relação embora as mulheres permaneçam administrando o ritmo da aproximação sexual (Bozon e Heilborn, 2001).

Nos anos 80, um novo modo de encontro a dois intitulado *ficar* difundiu-se na juventude: neste tipo de relacionamento, que se estabelece geralmente em um lugar público (festa, noites, boate, bar), a atração dos indivíduos suscita um contato corporal imediato (beijos, carícias, ou relação sexual), sem que isso implique compromisso entre os parceiros (Schuch, 1998). Em geral, não há perspectiva de uma continuidade da relação. Assim, os modelos de *namoro* e de *ficar* implicam comportamentos opostos.

A cultura sexual brasileira é marcada pela existência de um forte sistema de categorias de gênero – macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, atividade e passividade – que fornece um quadro de leitura dos comportamentos para os atores. Sendo um sistema estritamente dicotômico, os homens não podem se permitir ter comportamentos que façam nascer a menor dúvida sobre sua masculinidade (Parker, 1991). Na adolescência, é comum a forte expectativa por parte dos rapazes de demonstrarem sua virilidade; havia, por exemplo, uma tradição dos pais há algumas décadas atrás levarem, logo que possível, os filhos para terem sua iniciação sexual com profissionais do sexo. Da mesma forma, as mulheres devem administrar os avanços masculinos se quiserem conservar uma reputação de *moça de família* ou de *mulher honesta*. Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de virgindade moral, que se apresenta sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em matéria sexual, o que torna, por exemplo, difícil abordar questões de sexualidade ou de contracepção com parceiro (Bozon *et al.*, 2003).

Além disso, a maternidade ainda é um componente muito valorizado da feminilidade. Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente designados a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada. A dinâmica do *namoro* tradicional continua a estruturar o roteiro das relações sexuais, sobretudo na adolescência: os homens pedem, as mulheres respondem, cedendo, recusando ou adiando. Conforme as normas culturais, é portanto mais fácil para as mulheres terem uma primeira relação sexual não protegida (porque “cederam” a seu parceiro). Preparar-se para uma primeira relação implicaria uma forma de previsão e, portanto, de postura ativa, deixando entender que elas são “experientes”, o que induz dúvidas sobre sua moralidade. Argumentamos que quando a aceitação social da sexualidade juvenil feminina é frágil, a aceitação social da contracepção é ainda mais fraca.

Este artigo busca iluminar os contextos da passagem ao exercício da sexualidade a dois entre jovens brasileiros através do exame da primeira experiência sexual, dos elementos que permitem argumentar em favor de um certo (des)preparo juvenil para a entrada na sexualidade com parceiro/a. Traz ainda alguns resultados sobre o uso de contracepção/proteção na iniciação sexual bem como sobre a primeira experiência de gravidez antes dos 20 anos. Trata-se de parte dos resultados quantitativos da Pesquisa GRAVAD – investigação sociológica sobre comportamentos sexuais e reprodutivos dos jovens brasileiros.¹

¹ A investigação “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” (Pesquisa GRAVAD) foi elaborada por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris), Estela M. L. Aquino (MUSA/ISC/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS). O estudo foi realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. Os

Estratégia metodológica

A Pesquisa GRAVAD não visou a população brasileira em seu conjunto, se limitando a três grandes cidades: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA), situadas em regiões com características muito diferentes (Nordeste, Sudeste e Sul). O dispositivo da investigação articula duas pesquisas, uma baseada em entrevistas semi-estruturadas (n=123, 41 por cidade), efetuada em 1999-2000, e um inquérito domiciliar, em amostra probabilística estratificada em três estágios, de homens e mulheres entre 18 e 24 anos (n=4634), concluído em 2002.

Os setores censitários (SC) de cada cidade foram estratificados e agrupados em cinco estratos, segundo indicadores da situação sócio-econômica dos seus habitantes (renda média do chefe do domicílio e proporção de chefes com doze ou mais anos de escolaridade). A constituição da amostra de setores foi feita, independentemente, em cada estrato, através de uma seleção aleatória proporcional ao número de jovens com idade entre 18 a 24 anos. Em cada SC selecionado foi produzida uma listagem de todos os domicílios particulares permanentes nos quais existiam moradores com idade de 18 a 24 anos completos. A partir dessa listagem, foram sorteados 33 domicílios, com equi-probabilidade e sem reposição; neles selecionou-se aleatoriamente um jovem para ser entrevistado.

Os dados foram coletados em entrevistas face-a-face através questionário estruturado elaborado a partir dos resultados obtidos na etapa qualitativa. O instrumento utilizado tem o mesmo elenco de questões para os dois sexos mas a formulação das perguntas foi redigida de acordo com o sexo do entrevistado. O questionário privilegiou alguns eventos da trajetória afetivo-sexual: primeira e última relação sexual, primeiro relacionamento de três meses ou mais (com relação sexual), primeira união, primeira separação, primeira e última gravidez, primeiro e último filho, primeiro aborto (espontâneo e provocado) e o parceiro atual. Esta decisão acompanha o formato de instrumentos internacionais, e permite a comparação dos achados (Laumann *et al.*, 1994; Bozon, 1993).

A Pesquisa GRAVAD se distancia das abordagens mais tradicionais sobre sexualidade e gravidez na adolescência em três aspectos. Em primeiro lugar, refere-se à subordinação da questão da gravidez na adolescência ao quadro analítico mais amplo da aprendizagem e da experimentação da sexualidade com parceiro. A adoção do conceito de *juventude como processo* e não de *grupo etário* é central para a estratégia de avaliar os desdobramentos de uma gravidez ou parentalidade ocorrida no período da adolescência. A segunda inovação diz respeito ao descentramento metodológico no que tange à faixa etária definida como “adolescente”. Na medida em que a pesquisa toma por objeto um processo social (a juventude) e não um grupo social (os adolescentes ou os jovens), não é necessário escolher a população-alvo do problema social como os sujeitos da pesquisa. Os entrevistados são assim jovens de 18 a 24 anos, isto é, pertencentes a uma faixa etária ligeiramente superior àquela definida pela Organização Mundial de Saúde como adolescente (10 a 19 anos). Ao se deslocar em direção a uma população com mais idade, tem-se a possibilidade de tomar um ponto de vista mais apartado sobre os processos em questão. O terceiro aspecto funda-se na concepção sociológica sobre sexualidade e gravidez na adolescência, distanciando-se das abordagens tradicionais prevalentes sobretudo no campo da saúde pública. Nossa ênfase é sobre os *processos sociais* subjacentes aos eventos da esfera da saúde sexual e reprodutiva.

principais resultados do inquérito encontram-se publicados no livro “O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros” (Rio de Janeiro: Garamond, 2006), onde podem ser obtidas informações sobre a composição detalhada da equipe de pesquisadores.

A entrada na vida amorosa

A passagem à sexualidade com parceiro é um processo progressivo de exploração física e relacional, caracterizado por etapas de duração variável, que podem ser mais longas ou mais curtas a depender das biografias individuais. Esse processo de socialização na sexualidade é caracterizado por marcos coletivos oriundos dos grupos de pares, que estabelecem as regras de comportamento e atribuem *status* aos parceiros basicamente orientados por duas formas de relacionamento: o *namoro* e o *ficar*. Apresentamos aqui alguns elementos da biografia dos jovens que caracterizam esta passagem à sexualidade.

Os jovens participantes da Pesquisa GRAVAD já conheceram, em sua grande maioria, uma relação afetiva com compromisso do tipo *namoro* enquanto que a experiência do *ficar* apresenta-se de forma distinta entre os sexos (90% entre os homens e 76% entre as mulheres). O primeiro *namoro* ocorre um pouco antes dos 15 anos tanto para os homens quanto para as mulheres, sendo ligeiramente mais tardio somente para os que seguem uma escolaridade secundária ou superior (TABELA 1). O intervalo de tempo que separa o início do primeiro *namoro* e a primeira relação sexual torna visíveis as associações bem diversas que mulheres e homens estabelecem entre o sexual e o relacional desde a adolescência. Um bom exemplo desse diferencial de gênero é o fato de que 13% dos homens tiveram relações sexuais sem nunca ter tido um *namoro* ou antes de tê-lo, enquanto que isto acontece com apenas 2% das mulheres. Inversamente, observa-se uma maior proporção de mulheres com experiência de *namoro* mas que ainda não tiveram relações sexuais (16%), o que é a realidade para apenas 6% dos homens (dados não apresentados).

Tabela 1
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo idade ao primeiro namoro, nível de escolaridade e sexo

Sexo	Idade ao primeiro namoro	Nível de escolaridade do jovem (%)				TOTAL
		Fundamental incompleto	Fundamental completo	Nível médio completo	Superior completo/incompl.	
Mulheres	Até 14 anos	64	59	53	42	54
	15 a 16 anos	29	31	31	34	32
	17 anos ou +	7	10	16	23	14
Homens	Até 14 anos	62	66	53	37	56
	15 a 16 anos	25	26	32	39	30
	17 anos ou +	12	8	14	24	14

Fonte: Pesquisa Gravad, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Entre o primeiro *namoro* e a primeira relação sexual, homens e mulheres adotam condutas diferentes: 38% delas se iniciaram sexualmente pelo menos quatro anos depois do início do primeiro *namoro*, o que é o caso de apenas 23% dos homens. A defasagem temporal entre o ingresso na vida amorosa e a entrada na sexualidade é mais característica de mulheres

que provêm de setores populares em processo de mobilidade escolar ascendente², aspecto ausente entre os homens com mesma trajetória social (TABELAS 2 e 3). A prática de um *namoro* casto e prolongado, quase à moda antiga (Azevedo, 1981), diferencia claramente as mulheres em ascensão escolar das que não foram além do ensino fundamental: as mulheres com baixa instrução ingressam na vida sexual logo após terem começado a *namorar*. As mulheres dos setores privilegiados que fizeram estudos secundários ou superiores também mostram certa tendência a adiar a entrada na vida sexual, mas em menor grau. Esses resultados encontrados assinalam o modo como a experiência sexual está articulada com condições sociais e expectativas de gênero (Heilborn, 1999).

Tabela 2
Distribuição das moças de 18 a 24 anos segundo intervalo de tempo entre 1º namoro e 1ª relação sexual e trajetória sócio-escolar
(escolaridade da mãe vs. escolaridade do entrevistado)

Escolari dade da mãe	Intervalo de tempo entre o 1º namoro e a 1ª relação sexual	ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO (%)			TOTAL
		Fundamental incompleto	Fundamental completo	Nível médio completo e Superior	
Fundamental incompleto	Relação antes de namorar	3	3	0	2
	Relação e namoro, mesmo ano	18	11	5	11
	Relação 1-3 anos depois	40	34	22	32
	Relação 4 anos ou + depois	30	38	46	38
	Namorou, não teve relação	7	12	24	15
	Nem namorou, nem transou	1	2	3	2
Fundamental completo	Relação antes de namorar	0	1	1	2
	Relação e namoro, mesmo ano	14	7	12	11
	Relação 1-3 anos depois	52	36	22	30
	Relação 4 anos ou + depois	29	40	42	40
	Namorou, não teve relação	5	13	21	17
	Nem namorou, nem transou	0	2	2	2
Nível médio completo e Superior	Relação antes de namorar	0	4	2	2
	Relação e namoro, mesmo ano	10	8	12	11
	Relação 1-3 anos depois	53	24	29	29
	Relação 4 anos ou + depois	27	45	35	36
	Namorou, não teve relação	10	18	19	18
	Nem namorou, nem transou	0	1	4	3

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

² Entende-se por mobilidade escolar ascendente aquela atingida pelo jovem que é superior à escolaridade de sua mãe.

Tabela 3
Distribuição dos rapazes de 18 a 24 anos segundo intervalo de tempo entre 1º namoro e 1ª relação sexual e trajetória sócio-escolar (escolaridade da mãe vs. escolaridade do entrevistado)

Escolaridade da mãe	Intervalo de tempo entre o 1º namoro e a 1ª relação sexual	ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO (%)			TOTAL
		Fundamental incompleto	Fundamental completo	Nível médio completo e Superior	
Fundamental incompleto	Teve relação, não namorou	2	3	2	2
	Relação antes de namorar	9	10	8	9
	Relação e namoro, mesmo ano	33	22	25	28
	Relação 1-3 anos depois	27	32	42	32
	Relação 4 anos ou + depois	22	22	16	21
	Namorou, não teve relação	4	8	6	6
	Nem namorou, nem transou	0	1	1	1
Fundamental completo	Teve relação, não namorou	6	0	1	2
	Relação antes de namorar	6	8	10	9
	Relação e namoro, mesmo ano	27	11	11	14
	Relação 1-3 anos depois	25	53	37	41
	Relação 4 anos ou + depois	29	23	23	24
	Namorou, não teve relação	0	5	15	9
	Nem namorou, nem transou	5	1	2	2
Nível médio completo e Superior	Teve relação, não namorou	0	4	4	3
	Relação antes de namorar	5	6	14	12
	Relação e namoro, mesmo ano	28	11	24	22
	Relação 1-3 anos depois	44	34	29	30
	Relação 4 anos ou + depois	21	37	24	26
	Namorou, não teve relação	0	8	4	5
	Nem namorou, nem transou	2	2	2	2

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

“A primeira vez”: uma experiência desigual entre os sexos

A primeira relação sexual é comumente descrita a partir de indicadores facilmente objetiváveis, como a idade em que se tem a primeira relação (Bozon, 1993). Observa-se importante modulação do calendário feminino de entrada na sexualidade em função de diversas variáveis individuais e sociais, o que não ocorre entre os rapazes. Argumentamos, assim, que a entrada na vida sexual adulta não se constitui no mesmo evento para homens e mulheres.

Os dados da Pesquisa GRAVAD revelam que a iniciação masculina continua sendo mais precoce que a das mulheres em pelo menos dois anos (16,2 contra 17,9 anos), fato consoante aos resultados da pesquisa DHS de 1996 sobre o Brasil (BEMFAM, 1997). A literatura salienta que esse duplo padrão é comum na América Latina e em parte do Sudeste Asiático (Tailândia); na Europa, ele continua a caracterizar os países de cultura latina e

mediterrânea, como Itália, Grécia e Portugal, ao passo que, nos países nórdicos (como Dinamarca), as mulheres se iniciam mais cedo do que os homens (Bozon, 2003).

Observa-se uma grande homogeneidade da idade mediana dos homens na primeira relação (16,2 anos); as primeiras experiências concentram-se fortemente entre 15 e 17 anos, com um primeiro quartil em 14,9 anos. Apenas 20% dos indivíduos de sexo masculino se iniciam depois dos 17 anos. O fato mais notável é que não há diferenças segundo a região, o grupo social de pertencimento ou cor/raça (TABELA 4). Contudo, as trajetórias individuais dos sujeitos revelam certos fatores de diversidade. A iniciação sexual masculina ocorre ligeiramente mais tarde no contexto de prolongamento da escolaridade individual (passando de 15,8 anos entre os homens menos escolarizados para 16,7 anos entre os que tiveram uma escolarização mais longa). Os rapazes que entraram cedo no mercado de trabalho ou que começaram a *namorar* antes dos 13 anos se iniciam mais precocemente (idade mediana de 15 anos).

As mulheres apresentam uma maior diversidade de comportamentos em razão de sua origem e de suas características biográficas. O nível de instrução da mãe e o nível de renda familiar, que designam a posição das famílias na estratificação social, têm forte impacto na idade da iniciação sexual feminina. Assim, as mulheres de grupos mais pobres se iniciam mais cedo na vida sexual. Hoje em dia, observa-se uma redução das distâncias entre os grupos sociais em comparação com as gerações mais velhas (BEMFAM, 1997). A cor/raça não imprime diferenças significativas na idade de iniciação, tomando-se todo o conjunto dos inquiridos, o que contraria certos estereótipos correntes na sociedade brasileira acerca de determinados grupos étnicos (TABELA 4).

Tabela 4
Distribuição da idade mediana da primeira relação sexual segundo indicadores sócio-demográficos selecionados e sexo

Indicadores sócio-demográficos selecionados	n (incluindo os virgens)		Idade mediana na 1ª relação	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Cidade				
Porto Alegre (RS)	699	739	17,2	16,2
Rio de Janeiro (RJ)	815	719	17,8	16,1
Salvador (BA)	933	728	18,4	16,4
Total	2147	2186	17,9	16,2
Nível escolaridade da mãe				
Não declarado	100	134	16,9	15,7
Fundamental incompleto	925	738	17,9	16,2
Fundamental completo	387	347	17,6	16,2
Nível médio completo	534	502	18,1	16,2
Superior completo/incompleto	488	459	18,1	16,4
Renda familiar per capita				
Muito baixa (até 90 reais)	374	267	17,2	16,3
Baixa (91-180 reais)	485	391	17,9	16,1
Média (181-540 reais)	829	790	18,0	16,2
Alta (acima de 540 reais)	730	707	18,1	16,3
Escolaridade do entrevistado				
Fundamental incompleto	440	498	16,3	15,8
Fundamental completo	581	567	17,5	15,9
Nível médio completo	800	638	18,6	16,4
Superior completo/incompleto	597	452	18,6	16,7
Cor/raça (estimulada)				
Branca	1172	1103	17,8	16,4
Preta	551	465	17,8	15,9
Parda	531	445	18,1	16,1
Outra	169	158	17,9	16,0

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Para além de um calendário da iniciação em que a influência do gênero é marcante, há outra diferença significativa: a dissimetria de experiência entre os parceiros. A primeira relação sexual é geralmente vivida com uma pessoa já iniciada sexualmente: as mulheres, em 83% dos casos, escolheram parceiros experientes enquanto 57% dos homens tiveram parceiras já sexualmente iniciadas no momento da primeira relação deles. A diferença etária entre parceiros reflete também uma desigualdade de experiências. São poucas as mulheres que têm sua iniciação sexual com parceiro mais jovem (2%), tendência observada para 10%

dos homens. Eles têm majoritariamente sua primeira experiência com uma mulher da mesma idade (50%) ou com uma parceira pelo menos cinco anos mais velha (15%). As mulheres, que se iniciam mais tarde que os homens, têm parceiros com grande diferença de idade (a mediana é de três anos), sendo inclusive em mais de um terço os parceiros (38%) que são pelo menos cinco anos mais velhos do que elas. Esta desigualdade de experiências certamente gera conseqüências para o contexto de proteção nesse momento da biografia sexual (TABELA 5).

A caracterização dos parceiros também pode ser realizada segundo o *status* que possuem na relação. Enquanto 86% das mulheres vivem sua primeira experiência com um *namorado* e 4% com seu marido, apenas 45% dos homens a experimentam com uma *namorada*. Metade dos homens e somente 9% das mulheres se inicia com parceiro eventual, do tipo *ficar*; 5% dos homens fazem-no com prostitutas. Tomando-se o prisma da caracterização das parcerias, pode-se afirmar a existência de uma diversidade nas trajetórias masculinas de entrada na sexualidade, que contrasta enormemente com a homogeneidade da experiência feminina na iniciação; esta ocorre quase sistematicamente com *namorados* mais velhos e mais experientes (TABELA 5).

Assim, é inegável que o exercício de relações sexuais no par tornou-se uma questão para rapazes e moças. Em outras palavras, o namoro deixou de ser uma etapa preparatória para a conjugalidade e adquiriu uma realidade em si como etapa de experimentação afetiva e sexual para os jovens. Isso se traduz, por exemplo, pela queda da idade das mulheres na primeira relação sexual (em torno de dois anos em duas décadas). Observa-se, contudo, que no Brasil a sexualização dos relacionamentos afetivos pré-maritais não implicou necessariamente uma atenção especial às questões contraceptivas que continuam sendo maciçamente preconizadas para mulheres com vida conjugal.

Tabela 5

Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo características selecionadas do parceiro da primeira relação sexual e sexo

Características do parceiro da primeira relação sexual (seleção)	SEXO (%)	
	Mulheres	Homens
Tipo da relação com parceiro		
Namorado (a)	86	45
Marido/esposa, companheiro/a	4	1
Relação eventual (ficar)	9	48
Prostituição	0	5
Era também a primeira vez para a outra pessoa?		
Sim	14	37
Não	83	57
Não sabe	3	6
Diferença de idade entre entrevistado/a e parceiro/a		
Parceiro mais jovem (2 anos ou menos)	2	10
Mesma idade (um ano a mais ou a menos)	24	52
Parceiro mais velho (entre 2 e 4 anos a mais)	36	24
Parceiro muito mais velho (5 anos ou mais)	38	15

Fonte: Pesquisa Gravav, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Os resultados da Pesquisa GRAVAD permitem fazer uma tipologia da idade da entrada na vida sexual: precoce, intermediária e tardia. Contudo, as idades não são equivalentes para homens e mulheres. Entre os homens, o grupo designado como precoce inicia-se em torno dos 14 anos ou menos, o que representa um quarto dos indivíduos entrevistados; o grupo intermediário tem entre 15 e 16 anos, o que corresponde a cinquenta por cento da amostra masculina, e o tardio tem sua primeira relação sexual com 17 anos ou mais. Já entre as mulheres, pode-se dizer que as precoces têm 15 anos ou menos, representando 28% das entrevistadas; o grupo intermediário possui entre 16 e 17 anos na primeira relação, o que equivale a 36%, e finalmente o grupo tardio, que se inicia com 18 anos ou mais, representa 36% da amostra feminina (dados não apresentados).

A tipologia proposta coloca em relevo os contrastes das trajetórias de iniciação sexual. Homens e mulheres com iniciação tardia tendem a ter parceiros com idades assemelhadas. Apenas 13% das mulheres que começaram sua vida sexual até 15 anos tiveram o primeiro parceiro da mesma idade; esta proporção sobe para 31% entre as tardias e é metade para os homens (TABELA 6).

Tabela 6
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo características selecionadas do parceiro da primeira relação sexual e sexo

Diferença de idade entre entrevistado/a e parceiro/a da iniciação sexual	Idade a iniciação sexual (%)					
	Mulheres			Homens		
	Até 15a	16-17a	18 e mais	Até 14a	15-16a	17 e mais
Parceiro mais jovem (2 anos ou -)	0	1	5	1	8	21
Mesma idade (± 1 ano)	13	27	31	43	59	50
Parceiro mais velho (2-4anos)	43	34	32	35	21	16
Parceiro muito mais velho (5 anos ou +)	44	39	33	21	13	13

Fonte: Pesquisa Gravav, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

O compasso e a vivência da sexualização de um relacionamento

O roteiro do encontro de parceiros é marcado por significativas diferenças de gênero. Para os homens, a duração mediana de convivência prévia ao ato sexual com a primeira parceira é de apenas um mês: 17% deles dizem ter realizado o ato no próprio dia em que a conheceram, 15% durante a mesma semana. Apenas 24% declaram que já a conheciam há mais de quatro meses antes da primeira relação. Já no caso das mulheres, a duração mediana de conhecimento do parceiro é de seis meses, 57% tendo declarado que o conheciam há mais de quatro meses (TABELA 7). Essas diferenças entre homens e mulheres independem do meio

social e são coerentes com as diferenças existentes nas declarações sobre o *status* do parceiro (namorado ou eventual do tipo *ficar*).

Mulheres e homens divergem claramente na apresentação implícita que dão ao seu papel no encontro com parceiro. Independentemente do grupo social ou da idade no momento da relação, mais de metade dos homens (57%) adota a posição mais conforme à ideologia da masculinidade ao declarar que queriam que a primeira relação sexual acontecesse logo; apenas 20% das mulheres assumem este tipo de posição tão afirmativa. As atitudes delas são caracterizadas pela espera e passividade pois prevalece a resposta (52%) de que “não pensavam muito neste assunto” (também declarado por 30% dos homens) ou que “esperavam que a sua primeira relação fosse acontecer mais tarde” (26%), (TABELA 7). Este tipo de posicionamento em que cabe aos homens representar um papel ativo enquanto que as mulheres não devem pensar muito na sexualidade pode convergir para uma representação “espontaneísta” da relação sexual, que se produziria sem que nenhum dos dois tivesse verdadeiramente pensado nela.

A primeira experiência sexual é um evento que precisa ser compartilhado, tornado de alguma maneira público, sobretudo aos pares (TABELA 7). Apenas 17% das mulheres e 12% dos homens afirmam que nunca comentaram o episódio com ninguém. Tanto homens quanto mulheres contam primeiro para seus amigos, o que representa metade das respostas. As moças escolhem, em segundo lugar, familiares femininos para darem a notícia, sobretudo a mãe (16%) e jamais o pai. Os homens anunciam o fato a seus familiares masculinos (14%), o que é coerente com a divisão de esferas de gênero que organiza a sociabilidade na sociedade brasileira. Assim, as confidências sobre a primeira vez e as discussões sobre a sexualidade em geral não chegam a ultrapassar a fronteira do sexo, sobretudo no caso das mulheres.

Em suma, no caso masculino a primeira relação significa a aquisição de um atributo viril impacientemente esperado (Heilborn, 1998); para as mulheres, ela significa uma das primeiras etapas da passagem à conjugalidade. Esse acontecimento é raramente vivido em um contexto de igualdade entre os parceiros.

Tabela 7
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo características selecionadas da experiência da primeira relação sexual e sexo

Experiência da primeira relação sexual (características selecionadas)	Sexo (%)	
	Mulheres	Homens
Tempo decorrido entre o encontro e a 1ª relação		
O mesmo dia	2	17
Até uma semana	3	15
Até um mês	9	23
Até 4 meses	18	21
Até um ano	39	19
Mais de um ano	28	5
Quando aconteceu a relação sexual, o entrevistado queria...		
que acontecesse logo	20	57
que acontecesse mais tarde	26	11
não pensava muito no assunto	52	30
1ª pessoa p/ quem contou sobre a relação sexual		
Mãe	16	6
Pai	0	6
Irmã	11	2
Irmão	0	8
Amiga	47	1
Amigo	1	53
Ninguém	12	17

Fonte: Pesquisa Gravav, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Contraceção e proteção na “primeira vez”

O quadro da iniciação sexual, em que prevalecem posições muito diferenciadas para homens e mulheres, produz conseqüências no modo como a contraceção pode ser discutida e praticada pelo casal. No Brasil, em função de um acalorado debate sobre o aumento do número de gestações ocorridas na faixa etária chamada de *adolescência*, tem colocado as discussões sobre contraceção e sexo protegido no cerne das políticas públicas voltadas para a saúde dos jovens. Associa-se, freqüentemente, a ocorrência de uma gravidez inesperada ao não uso de métodos contraceptivos que pode decorrer de desconhecimento ou da dificuldade de acesso a eles. Contudo, ter informação sobre existência e forma de uso de métodos contraceptivos não é suficiente para garantir o uso adequado dos mesmos (Guimarães 1996 e 2001; Cabral, 2003), situação que não é exclusiva do cenário brasileiro (Bajos e Ferrand, 2002).

No questionário GRAVAD, interessado no processo de aprendizado da sexualidade, foram feitas perguntas que possibilitassem discutir o grau de preparo dos jovens para a primeira relação sexual. Foi proposta a questão sobre ter havido ou não conversa com parceiro antes da primeira relação sexual sobre as formas de evitar uma gravidez, além da

tradicional pergunta sobre a forma de proteção ou método contraceptivo utilizado. Os resultados encontrados revelam níveis diferenciados de proteção dos jovens segundo características biográficas e sociais.

Proporções equivalentes de homens e de mulheres (70%) declararam a utilização de alguma forma de contracepção / proteção durante o primeiro evento. O preservativo foi o método majoritariamente utilizado (dados não apresentados). O uso e acesso a métodos contraceptivos dependem diretamente da organização dos serviços de saúde disponíveis nas cidades em que os jovens habitam. Nesse sentido, aparecem diferenças entre as três cidades pesquisadas, confirmando resultados de pesquisas anteriores (BEMFAM, 1997). Por exemplo, a proteção entre as mulheres é maior entre as gaúchas (80%) do que entre as baianas (63%) – as cariocas ficaram numa posição intermediária com 71% (TABELA 8). Também há nítidas diferenças entre os níveis de proteção segundo distintos meios sociais, variando de 60% entre homens e mulheres cujas mães não estudaram (ou cuja família tem renda muito baixa) a mais de 80% entre os jovens cujas mães têm nível superior de instrução (ou cuja família tem um nível elevado de renda), (TABELA 8). Este resultado corrobora a tendência encontrada segundo o nível de instrução individual em que o grau de proteção na primeira relação sexual varia de 54% entre as mulheres com nível mais baixo (fundamental incompleto) a 84% entre as que fizeram estudos superiores, por exemplo (TABELA 8).

O fato da relação sexual ter ocorrido com um/a namorado/a ou com um/a parceiro/a eventual não produz efeitos sobre os níveis de proteção. Contudo, o uso da contracepção varia segundo a idade na qual se deu a primeira relação, passando de 52% para as mulheres definidas como precoces a 80% entre as aqui designadas por tardias. O mesmo padrão se observa entre os homens (dados não apresentados).

As proporções sobre ter conversado com o(a) parceiro(a) sobre as maneiras de evitar uma gravidez antes da primeira relação também são diferenciadas segundo sexo, correspondendo a declaração de 41% dos homens e de 62% das mulheres (TABELA 8). Essa diferença de gênero, encontrada para as três cidades estudadas, nos instiga a afirmar que os homens manifestam alguma reticência ou um interesse menor que as mulheres em conversar com sua parceira sobre as conseqüências do ato sexual, o que faz parte da própria construção da masculinidade. Além disso, haveria uma maior habilidade feminina para com a conversa, ligada à construção relacional da identidade feminina (Heilborn, 1998).

A entrada precoce ou tardia dos indivíduos, mulheres e homens, na vida amorosa (idade na época do primeiro *namoro*) ou na vida sexual (idade na época da primeira relação) é um importante fator sobre o nível de comunicação entre os parceiros. O nível de conversa entre os parceiros aumenta quanto mais adiada é a iniciação sexual (dados não apresentados).

Tabela 8
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo conversa sobre contracepção e uso de proteção na primeira relação sexual, características sócio-demográficas selecionadas e sexo

Características sócio-demográficas selecionadas	INICIAÇÃO SEXUAL			
	Conversaram previamente sobre gravidez ou contracepção		Utilizaram contracepção ou proteção	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Cidade				
Porto Alegre (RS)	63	40	80	73
Rio de Janeiro (RJ)	62	40	71	68
Salvador (BA)	61	43	63	67
Total	62	41	70	68
Escolaridade do entrevistado				
Fundamental incompleto	52	48	54	57
Fundamental completo	64	41	69	72
Nível médio completo	65	39	73	68
Superior completo/incomp.	66	34	84	78
Nível escolaridade da mãe				
Não declarado	47	53	58	61
Fundamental incompleto	59	40	63	61
Fundamental completo	69	44	71	75
Nível médio completo	65	43	77	71
Superior completo/incompleto	64	30	83	79
Renda familiar per capita				
Muito baixa (até 90 reais)	59	46	61	62
Baixa (91-180 reais)	59	47	58	68
Média (181-540 reais)	64	43	71	67
Alta (acima de 540 reais)	64	30	85	74

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

A conversa sobre a contracepção e a tomada efetiva de precauções no momento da primeira relação são duas práticas com relativa independência entre si. A imensa maioria dos entrevistados declarou ter conversado sobre a contracepção e utilizado-a com seu(sua) parceiro(a) na iniciação sexual. Isto vale tanto para os homens quanto para as mulheres (85% contra 83%). Contudo, não ter conversado sobre o tema não implica necessariamente desproteção na primeira vez: 56% dos homens que não conversaram com sua parceira tiveram uma relação protegida, o que é o caso de apenas 47% das mulheres (dados não apresentados). A declaração diferencial entre os gêneros nos faz supor que falar antes de fazer é menos necessário para os homens do que para as mulheres. De um lado, pode-se compreender esta diferença a partir da expectativa masculina de que a mulher tome as medidas necessárias para se proteger; por outro lado, pode estar presente uma certa predisposição masculina para o uso do preservativo sem uma negociação prévia. Essa

possibilidade interpretativa se sustenta no fato de que as campanhas de prevenção a AIDS no Brasil têm um relativo sucesso, sobretudo entre os jovens. Entretanto, esta conduta não se prolonga nas relações sexuais subseqüentes. Alguns trabalhos têm demonstrado que tão logo o relacionamento ganhe um relativo grau de estabilidade, nomeado pelos jovens como confiança, ocorre o abandono do preservativo, sem que haja a incorporação necessária de outro método contraceptivo (Monteiro, 2002; Berquó, 2005).

O não uso de contraceptivo na primeira relação (31%) é justificado de forma majoritária pelo argumento de que “*nem pensaram nisso*” (74% das mulheres, 78% dos homens), o qual é homólogo ao enunciado em relação à expectativa em torno da primeira relação sexual, a saber, a de que “*não pensavam muito sobre este assunto*” (TABELA 8). Ambas justificativas se caracterizam por um tom “espontaneísta” que parece ser o “adequado” para se falar sobre sexualidade. Esta representação espontaneísta da sexualidade se articula com o sistema de gênero que designa papéis bastante específicos (tradicionais) para cada um dos sexos. Trata-se de um imaginário social no qual as mulheres “não devem” pensar tampouco programar as relações sexuais e, como decorrência, a contracepção. Por outro lado, os homens valorizam menos o diálogo sobre a sexualidade do que as mulheres buscando, contudo, ter relações sexuais com elas o mais cedo possível (Bozon e Heilborn, 2001). Em um contexto onde a iniciação sexual feminina tornou-se mais precoce, esse sistema de relações pode ensejar um maior número de gravidezes não previstas mas que não são cabalmente recusadas (Bajos e Ferrand, 2002).

Tabela 9
Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos segundo motivos para não uso de proteção/contracepção na primeira relação sexual segundo sexo

Vocês não tomaram nenhum cuidado para evitar a gravidez porque...	Sexo (%)	
	Mulheres	Homens
Você desejava ter um filho	2,4	0
O/a parceiro/a desejava ter um filho	0,9	0,06
Vocês dois desejavam ter um filho	3,6	0,2
Vocês não sabiam como obter os métodos	3,2	7
Você pensava que não podia engravidar/e	14,1	10,2
Era responsabilidade do/a parceiro/a	1,6	3,9
Vocês nem pensaram nisso	74,1	78,5

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

A experiência reprodutiva na “adolescência”

A gravidez na adolescência não é um fenômeno novo no cenário brasileiro, embora tenha havido nos últimos anos um certo aumento do número de gestações entre mulheres com até 20 anos incompletos (Berquó e Canenaghi, 2005). Mas há uma grande mobilização social em torno do dito problema. A elas encontram-se relacionadas mudanças operadas na concepção social das idades e do gênero que geraram expectativas sociais sobre as trajetórias juvenis “adequadas”, a saber, com maior escolarização e adiamento da reprodução. O fenômeno, que em parte decorre da rápida transição demográfica brasileira (Berquó, 1998), não é igualmente presente em todos os estratos sociais; ele se concentra entre mulheres de mais baixa

escolaridade, que advêm de famílias com baixo capital cultural e financeiro. Além disso, tornar-se mãe é um horizonte social aspirado por muitas moças (Costa, 2002; Leal e Fachel, 1999). Entretanto, contrariamente à expectativa do senso comum de que a gravidez na adolescência é um problema decorrente da pobreza, ainda que de forma minoritária ela também se apresenta em segmentos sociais superiores com acesso à informação, aos métodos contraceptivos e, eventualmente, ao aborto seguro, ainda que clandestino no país.

O perfil que emerge dos dados da Pesquisa GRAVAD mostra que a primeira experiência de gravidez antes dos vinte anos foi declarada por 21,4% dos homens e 29,5% das mulheres que já haviam ultrapassado essa idade. Entretanto, adotando-se como ponto de corte os 18 anos – que constituem o marco da maioridade civil brasileira – a proporção observada é bem mais baixa, sendo relatada por 8,9% dos homens e 16,6% das mulheres. Antes dos 15 anos, os valores são pequenos, situando-se em 0,6% dos rapazes e 1,6% das moças (dados não apresentados). A gravidez antes dos 20 anos foi mais recorrente entre os jovens com menor escolarização e com menor renda familiar *per capita* para as três cidades estudadas. Em termos de cor/raça, a menor proporção foi observada entre os brancos, ainda que as diferenças estatísticas tenham sido observadas somente quando cotejado todo o conjunto dos inquiridos (Aquino *et al.*, 2003) – (TABELA 10).

Tabela 10
Proporção de jovens com gravidez antes dos 20 anos segundo características sócio-demográficas selecionadas e sexo

Características sócio-demográficas (seleção)	Mulheres	Homens
Escolaridade do entrevistado		
Fundamental incompleto	59,6	34,4
Fundamental completo	36,8	32,2
Médio completo	17,0	13,1
Superior incompleto/completo	4,6	6,5
Raça/Cor		
Branca	20,5	14,6
Parda	31,1	17,3
Preta	37,4	31,1
Indígena	30,8	24,4
Renda familiar <i>per capita</i>		
Muito Baixa (Até R\$90,00)	50,4	33,9
Baixa (De R\$91,00 a R\$180,00)	36,8	27,5
Intermediária (De R\$181,00 a R\$540,00)	24,4	16,8
Alta (Acima de R\$540,00)	7,8	11,2

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Acompanhando o perfil descrito para a iniciação sexual, observamos que a primeira gestação ocorre em contextos de relacionamentos afetivos estabelecidos, pois apenas 2,5% das moças e 14,2% dos rapazes declararam que o episódio reprodutivo ocorreu com parceiro eventual. A diferença etária do par, já apontada anteriormente, se repete neste cenário: as moças engravidam de rapazes mais velhos (37,6%) ou muito mais velhos (42,2%); os rapazes engravidam moças de mesma idade ou mais nova do que eles (Aquino *et al.*, 2003) – (TABELA 11).

Tabela 11
Proporção de jovens com gravidez antes dos 20 anos segundo características do parceiro da primeiro episódio reprodutivo e sexo

Características do parceiro da primeiro episódio reprodutivo	Mulheres	Homens
Tipo de parceria		
Parceiro/a da iniciação sexual	56,3	21,0
Outro/a parceiro/a fixo/a	41,1	64,8
Parceiro/a eventual	2,5	14,2
Diferença de idade entre parceiros		
Parceiro/a mais novo/a (2 anos ou -)	0,6	27,5
Mesma idade (± 1 ano)	19,7	48,1
Parceiro/a mais velho/a (2-4 anos)	37,6	14,6
Parceiro/a muito mais velho/a (5 anos e +)	42,2	9,8

Fonte: Pesquisa Gravada, 2002.

População: jovens de 18 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

A gravidez na adolescência também foi mais freqüente entre os mais precoces, bem como entre aqueles que não usaram nenhuma forma de contracepção na iniciação sexual (Aquino *et al.*, 2003). Entretanto, destacamos que a análise realizada segundo as distintas cidades estudadas revela que em Porto Alegre, lugar em que as moças se iniciam sexualmente mais cedo, é também o lugar em que elas têm maior uso de proteção/contracepção e apresentam menor taxa de gravidez antes do vinte anos. De modo inverso, é em Salvador a cidade em que as moças iniciam a vida sexual mais tardiamente mas engravidam mais cedo (dados não apresentados). Assim, argumentamos que as condições sociais que podem ser apreendidas, por exemplo, do nível escolar atingido (as proporções de escolarização são maiores e mais elevadas em Porto Alegre e menores em Salvador), ou a abrangência e qualidade dos serviços de saúde que os jovens têm acesso, contribuem de forma decisiva para condicionar os cenários sociais que conformam as circunstâncias biográficas da iniciação sexual e da gravidez na adolescência. Claro que esta interpretação não esgota as possibilidades de compreensão do fenômeno e, tampouco, as diferenças regionais. Vimos tentando argumentar que o exercício da sexualidade é forjado por uma combinação de marcas sociais e de gênero, que modulam o campo de possibilidades dos indivíduos.

Considerações finais

A iniciação sexual é uma transição no ciclo de vida que é experimentada de modo distinto por homens e mulheres. Para os homens, ela corresponde a um imperativo cultural de ter que provar sua virilidade o mais cedo possível. Não é necessário que sua parceira seja alguém

com quem ele esteja se relacionando amorosamente. Assim, a iniciação masculina é uma obrigação social que se reveste para os sujeitos de uma qualidade de aprendizado “técnico”, e nesse sentido, ela não implica necessariamente um compromisso dos homens com suas parceiras (Heilborn, 1998). Para as mulheres, ao contrário, a iniciação sexual integra-se a um processo mais lento de construção de um primeiro relacionamento estável (ou conjugal); a principal prova de feminilidade na adolescência é a capacidade de estabelecer uma relação estável com um membro do sexo oposto. Os atributos do parceiro escolhido são muito importantes. Em comparação com as gerações precedentes, a iniciação sexual feminina pode, hoje em dia, dar-se mais cedo durante um namoro. A perspectiva relacional das mulheres continua assim a se diferenciar claramente da perspectiva individual dominante entre os homens (Duarte, 1986; Heilborn, 2004).

Permanência e mudança são contingências da vida social. As trajetórias sexuais de jovens brasileiros, aqui exemplificadas pelos habitantes de três cidades com perfis culturais e sociais distintos, em um país de dimensões continentais e tão heterogêneo, assinalam a intrincada relação entre gênero e sexualidade. O quadro apresentado aponta para mudanças no que concerne a virgindade feminina mas também revela a persistência de uma categorização tradicional sobre o gênero feminino que se exprime na expectativa de construção de um vínculo conjugal. Se novas formas de interação amorosa entre os jovens entraram em cena, como o *ficar*, isto não representa uma mudança profunda no sistema das relações de gênero que organiza o exercício da sexualidade.

Tradicionalmente, supõe-se que a juventude seja um barômetro das mudanças sociais, pois é sempre percebida como uma geração responsável pela transmissão de valores ou pela ruptura de determinados padrões. Desse modo, ela pode ser tomada como responsável pela disrupção de mecanismos que presidem a integração social. Mais que isso, tal como já apontado por Abramo (1997), ela é usualmente analisada a partir da ótica de “problema social” quando se afasta das expectativas sociais nela depositadas. Esse é o prisma pelo qual nos aproximamos do tema da gravidez na adolescência. Sob tal rótulo recai grande recriminação para com os jovens que se envolvem num episódio dessa natureza. O intenso debate público em torno do fenômeno ignora a grande diversidade de circunstâncias e desdobramentos que a possível parentalidade juvenil acarreta. Desconhece também que os chamados preditores da ocorrência da gravidez na adolescência inscrevem-se em um cenário desenhado por circunstâncias sociais desfavoráveis, nas quais a escola e um projeto de profissionalização não foram capazes de se apresentar como alternativas suficientemente atraentes para descartar a opção pela parentalidade nessa etapa da vida. E, finalmente, desconsidera que esse fenômeno também ocorre, ainda que de forma minoritária, entre os socialmente favorecidos.

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, H.W. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. *Revista Brasileira de Educação*, número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED/PUC-SP, mai/jun/jul/ago 1997, n.5 e set/out/nov/dez 1997, n.6, pp.25-36.

AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L.; KNAUTH, D.R.; BOZON, M.; ALMEIDA, M.C.C.; ARAUJO, M.J.; MENEZES, G.M.S. “Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais”. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro: vol.19 (Supl.2), pp.377-88, 2003.

AZEVEDO, T. (1981). “Namoro à antiga: tradição e mudança”. In: VELHO, G. e FIGUEIRA, S. (orgs.), *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BAJOS, N.; FERRAND, M. et l'équipe GINE (orgs.). *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues*. Paris: INSERM, col. Questions en Santé Publique, 2002.

BEMFAM (Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil) / DHS (Demography and Health Survey). *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: 1996*. Rio de Janeiro: BEMFAM/DHS, 1997.

BERQUÓ, E. "Apresentação". In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional da População e do Desenvolvimento, vol.2, pp.499-515, 1998.

BERQUÓ, E. (coord.). *Pesquisa sobre comportamento sexual e percepções da população brasileira sobre HIV/AIDS – 1998 e 2005*. (Relatório de Pesquisa). São Paulo: CEBRAP/MS – SPS-CNDST/HIV/AIDS, 2005.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. "Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?". (Mimeo). *Annual Meeting of the Population Association of America*, Philadelphia, Pennsylvania, March 30 to April 2, Session #151, Adolescent Fertility in Developing Countries, 2005.

BOZON, M. "L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites". *Population*, n.5, pp.1317-52, 1993.

BOZON, M. "A quel âge les femmes et les hommes commencent-ils leur vie sexuelle? – comparaisons et évolutions récentes". *Populations et Sociétés*, n° 391, jun, 2003.

BOZON, M. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BOZON, M.; HEILBORN, M.L. "As carícias e as palavras. Iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris". *Novos Estudos CEPRAB*, n°59. São Paulo: CEBRAP, mar, pp.111-35, 2001.

BOZON, M.; HEILBORN, M.L.; AQUINO, E.; KNAUTH, D. "Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil. La construction de l'enquête *Gravad*". In: CONDON, S.; ANDRO, A. (dir.), *Questions de genre en démographie*, INED, Dossiers et Recherches, n.117, 2003.

BRANDÃO, E.R. "Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil". In: HEILBORN, M.L. (org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CABRAL, C.S. "Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro". *Cadernos de Saúde Pública*, vol.19 (supl.2), pp.283-92, 2003.

COSTA, T.J.N.M. *Gravidez na adolescência: um estudo de caso sobre a maternidade na faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora (MG)*. (Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2002.

DUARTE, L.F.D. *Da vida Nervosa nas classes trabalhadoras rrbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

GAGNON, J.; SIMON, W. *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. Chicago: Aldine, [1973] (2005).

GUIMARÃES, C.D. "“Mas eu conheço ele!”: Um método de prevenção do HIV/AIDS". In: PARKER, R; GALVÃO, J. (orgs). *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará:ABIA:IMS/UERJ, 1996.

GUIMARÃES, C.D. *AIDS no feminino: porque a cada dia mais mulheres contraem AIDS no Brasil?*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

HEILBORN, M.L. “A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas”. *Revista Estudos Feministas*, vol.6 (Supl.2), pp.394-405, 1998.

HEILBORN, M.L. “Construção de si, gênero e sexualidade”. In: HEILBORN, M. L. (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HEILBORN, M.L. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, [1992] (2004).

LAUMANN, E.O.; GAGNON, J.; MICHAEL, R.T.; MICHAELS, S. *The Social Organization of Sexuality. Sexual Practices in the United States*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 1994.

LEAL, O.F.; FACHEL, J. “Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais”. In: HEILBORN, M.L.; BRANDÃO, E. (orgs.), *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MONTEIRO, S. *Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

PARKER, R. G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

SCHUCH, P. *Carícias, olhares e palavras: uma etnografia sobre o “ficar” entre jovens universitários de Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.